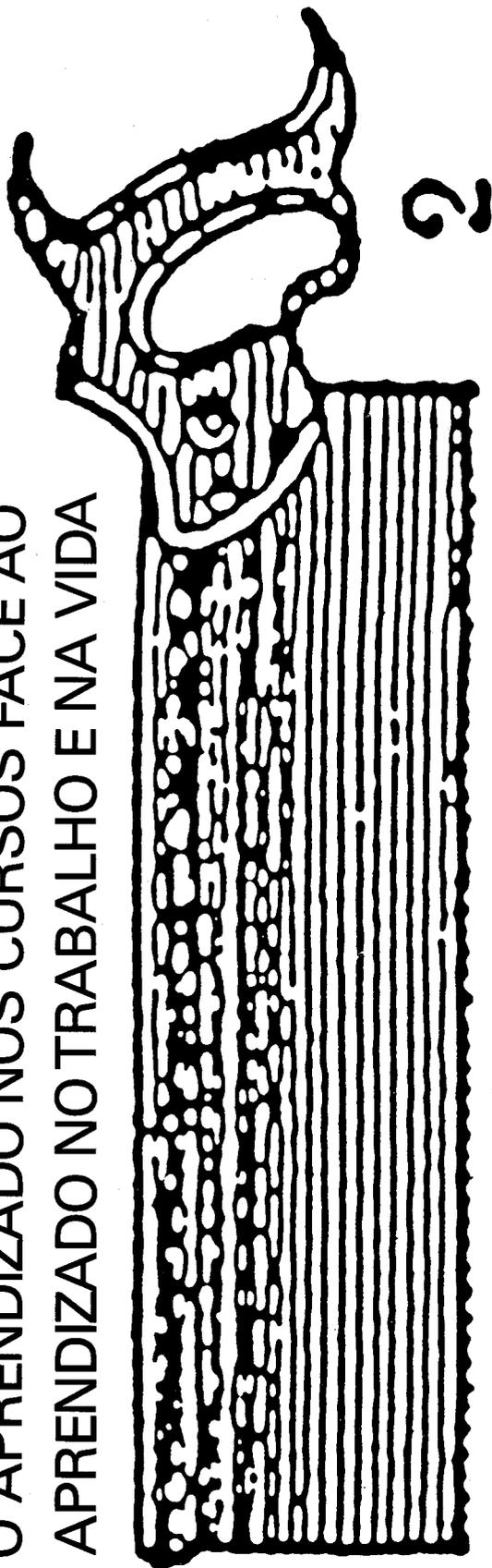


O APRENDIZADO NOS CURSOS FACE AO
APRENDIZADO NO TRABALHO E NA VIDA



A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE TRABALHADORES RURAIS DA CANA

Cândido Grzybowski

Professor-pesquisador do IESAE/FGV, Rio de Janeiro.

RESUMO

Adotando uma postura teórica em que a educação é pensada como uma prática determinada no interior de relações entre classes sociais, o artigo visa levantar algumas questões sobre a formação profissional de trabalhadores rurais. Na base da reflexão estão os elementos levantados por uma pesquisa realizada na região canieira de Campos, Rio de Janeiro. Nesta região, para manter elevada a taxa de exploração dos trabalhadores assalariados, os usineiros e fazendeiros impõem relações e condições de trabalho que não só aumentam o ritmo e a intensidade do trabalho, mas também segmentam os trabalhadores, permitindo um conjunto variado de práticas de "roubo" dos direitos dos trabalhadores. Neste contexto, as propostas de formação profissional são, antes de mais nada, um discurso desarticulado das questões centrais do trabalho e vida dos trabalhadores e de seus interesses como classe, constituindo-se em instrumento institucional complementar de sua dominação e subjugação por usineiros e fazendeiros. Existe, no entanto, uma questão educacional para os trabalhadores, que reside na elaboração do saber adquirido no trabalho e na vida, saber de classe em confronto à classe dos patrões.

SUMMARY

Adopting a theoretical orientation that postulates that education is a practice established in the context of social class relationships, the article poses some questions about the professional education of rural workers. The research was developed in the sugar cane region of Campos, state of Rio de Janeiro. In this region farmers and mill owners impose relations and conditions of work upon employees which increase the intensity and cadence of work. This fact and the provoked division of the workers allow for an increase in the exploitation of them and the violation of several of their rights as workers. In this context the proposed vocational courses appear as a discourse dissociated from the basic questions related to the work and lives of employees; actually they constitute another instrument of subjugation and domination in the hands of farmers and mill owners. The educational question for workers rests upon elaboration and sistematization of knowledge acquired in work and life, a class knowledge that opposes the owners' social class.

Comunicação para o Seminário sobre "Educação no meio rural", promovido pelo INEP/MEC, em Ijuí (RS), de 1 a 4/06/82.

Com as transformações que o desenvolvimento do capitalismo vem provocando na agricultura brasileira, importa reconhecer que cresce a preocupação com a formação profissional dos trabalhadores rurais. Evidentemente, a não ser na fantasia de alguns técnicos imbuídos da teoria do capital humano, a formação profissional está longe de ser um problema de cuja solução depende o aumento da produção agropecuária e a melhora das condições de trabalho e vida da população engajada em tal produção. Mas, nos limites de um problema determinado pelo desenvolvimento tecnológico e pelas relações sociais de produção que correspondem às condições históricas, materiais e sociais da acumulação do capital, é possível viabilizar e pensar o problema da qualificação para o trabalho no campo. Neste sentido, considero não só possível teórica e metodologicamente, mas oportuno e necessário politicamente, refletir nas propostas e ações institucionalizadas de educação para o trabalho no meio rural. Trata-se de definir como a formação profissional se articula com o processo de criação e reposição das condições com o processo de criação na agricultura, de integração/subordinação dos trabalhadores rurais à estrutura de classes e de poder e, enfim, o processo de sua incorporação ao sistema homogêneo de valores e representações.

Tendo presente o marco analítico acima, nos limites desta comunicação vou procurar somente levantar alguns aspectos sobre como, numa situação determinada de relações, de organização social da produção agrícola e de funcionamento do mercado de trabalho, se apresenta o problema da formação profissional. São elementos de análise e reflexões desenvolvidas numa pesquisa recente sobre o trabalho na produção canavieira de Campos (RJ). Vou me ater à formação profissional dos trabalhadores assalariados, apesar de a pesquisa ter abrangido também os pequenos fornecedores de cana, em regime de trabalho familiar¹. Mesmo que não seja possível fazer generalizações a partir de um contexto particular de relações entre trabalho e capital, às observações abaixo podem contribuir para pensar o quanto a formação profissional é uma prática educacional determinada pelas condições sociais concretas em que trabalhadores vendem a sua força de trabalho e participam do processo produtivo organizado pelo capital².

Relações sociais na produção canavieira de Campos

O município de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, é pólo de uma das três grandes regiões produtoras de cana-de-açúcar do país. A monocultura da cana, utilizando mais de 150 milhas e estando diretamente vinculada às 14 usinas do município, vem se acentuando nas últimas décadas e recebeu um estímulo especial com o Pró-Álcool. Na produção da cana, entre assalariados permanentes e temporários, na época da safra, há aproximadamente 20 mil trabalhadores rurais engajados.

Uma estrutura agrária altamente concentrada³, o predomínio da monocultura de cana⁴, a mudança do processo produtivo e da tecnologia, com o conseqüente

aumento do caráter sazonal das atividades, no quadro de uma organização social da produção que dá a poucas usinas e empresas agrícolas enorme controle e poder — são os traços a reter para a análise das relações sociais e da qualificação dos trabalhadores rurais assalariados de Campos.

Nas relações entre trabalho e capital, no caso de Campos, é necessário ter presente a total dependência dos trabalhadores rurais, para a sua reprodução, da renda monetária auferida com o trabalho assalariado na cana. De um lado, a expulsão da maior parte dos trabalhadores do interior das fazendas, nas décadas de 1960 e 1970, e sua favelização, dificultando a produção complementar de subsistência que as antigas relações de moradia permitiam, aprofundou a proletarização. De outro, como os usineiros e fazendeiros detêm o monopólio da oferta de empregos rurais na região e são bastante estreitas as possibilidades de emprego em outras atividades, a nível local, os assalariados acabam aceitando as condições de trabalho vigentes, que lhe são totalmente desfavoráveis.

Ser trabalhador assalariado na cana é, para a maioria, submeter-se à instabilidade da relação a um "ganho" diário variável. Tal situação deve ser vista no quadro das condições criadas pela correlação de forças entre os agentes sociais envolvidos. Neste sentido, a transação mercantil de compra e venda da força de trabalho entre empresários e trabalhadores da cana é marcada pela situação social e histórica em que se estabelece tal relação.

A força e o poder de usineiros e fazendeiros decorre, não só do fato de deter o monopólio da oferta de empregos, mas também do peso que têm na estrutura econômica e no controle amplo das instituições sociais da região. Ao integrarem os trabalhadores assalariados na produção que organizam, os usineiros e fazendeiros fazem valer um código particular — particular, arbitrário e paternalista. A vigência concreta de tal código nas relações, que amplia a extração da mais-valia além dos limites legais, obriga os trabalhadores a aceitar, nas formas as mais variadas, "roubos" patronais sistemá-

¹ A pesquisa — "Trabalho Rural e Alternativa Metodológica de Educação" — foi realizada por uma equipe de pesquisadores do Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CDPA/EIAP), e do IESAE, em convênio entre a Secretaria de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho, SENAR e Fundação Getúlio Vargas. O relatório final da pesquisa, referente à análise da situação na produção canavieira de Campos, foi entregue em novembro de 1981. Ver: CPDA/EIAP-IESAE. *Trabalho rural e profissionalização. Análise das práticas e representações dos trabalhadores da produção canavieira de Campos*. Rio de Janeiro, FGV, 1981 (mimeo).

² As afirmações aqui feitas são de minha inteira responsabilidade, apesar de serem fruto de um trabalho coletivo de análise. Várias das afirmações estão contidas no relatório já citado.

³ Segundo dados do Censo Agropecuário de 1975, os estabelecimentos com 200 ou mais ha., 42% do total, detinham 59,2% da área total.

⁴ Em 1975, foram colhidos somente 7 mil ha. de produtos alimentares, como arroz, feijão, milho e mandioca (Censo Agropecuário de 1975).

ticos sobre seus direitos trabalhistas, que reforçam os lucros e a acumulação do capital. Tais práticas foram facilitadas pela profíleração da intermediação nas relações de compra e venda da força de trabalho. As grandes firmas empreiteiras de mão-de-obra, empreiteiros individuais e turmeiros, além de facilitar o aliciamento de trabalhadores, que vivem hoje em sua maior parte longe dos locais de trabalho, e adequar a oferta e demanda de emprego segundo os picos das atividades na cana, facilitam a descaracterização jurídica das relações de trabalho e aumentam os níveis de exploração pela ampliação do "roubo dos direitos"⁵.

A pouca força social dos trabalhadores face ao poder e às práticas patronais deve ser vista também no contexto particular de Campos, além, evidentemente, de uma estrutura de classes e de poder mais amplo — da sociedade brasileira — totalmente desfavorável aos trabalhadores. De um lado, a pequena força até agora manifesta pelos trabalhadores é decorrente de seu grande número ao nível do mercado de trabalho local, que os obriga a concorrer entre si para obter emprego na entressafra, e das mudanças constantes de fazendas, de companheiros de trabalho e de patrões. De outro lado, apesar de uma longa tradição sindical e um grande número de trabalhadores associados, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campos, como órgão de exercício da força de trabalhadores e de imposição de limites à exploração, esbarra em muitas dificuldades. Os próprios usineiros e fazendeiros, através de suas representações políticas e influências no aparelho do Estado, confinaram socialmente o Sindicato de Trabalhadores Rurais. A principal frente de luta do sindicato é o judiciário, exigindo nos tribunais os "direitos roubados" nas relações de trabalho assalariado na cana.

Essa sumária caracterização da estrutura e do funcionamento do mercado de trabalho na produção canavieira de Campos permite compreender como se segmentam os trabalhadores quando se assalariam.

Na produção agrícola das usinas e das fazendas, apesar de todos os trabalhadores serem proletários, se reproduzem categorias distintas de trabalho assalariado, submetidas a diferentes formas de exploração: os fichados/efetivos, os clandestinos, os contratados. São categorias criadas no confronto entre trabalho e capital e foram incorporadas à prática⁶. Como as categorias qualificam imediatamente a relação de trabalho à luz do código legal trabalhista da nossa sociedade, o seu uso é visto pelos trabalhadores como uma afirmação da sua situação proletária e como uma denúncia das condições a que são submetidos. Ao mesmo tempo, a reprodução da segmentação permite aos patrões forçar os trabalhadores a uma barganha social em torno de seus direitos e a ceder uma parcela maior de trabalho não pago.

A existência destas relações e a segmentação dos trabalhadores é o quadro social em que se coloca a questão da formação profissional.

Formação profissional e qualificação dos trabalhadores na produção canavieira de Campos

As mudanças técnicas do processo produtivo da cana, com a introdução de máquinas, adubos, inseticidas

e herbicidas, além de contribuírem para a atual configuração das relações sociais, alteraram o tipo de conhecimentos e habilidades requeridos dos trabalhadores para se integrarem na produção. A "modernização" na cana, apesar de praticamente generalizada, é desigual no interior de um mesmo processo produtivo. Mesmo assim, é possível avaliar seu impacto, tendo presente, por exemplo, o fato de que, em 1950, em Campos, havia 130 tratores agrícolas, e em 1975 seu número se elevava a mais de 800 tratores⁷.

A necessidade de adaptação dos trabalhadores de cana às novas condições técnicas de uso de sua força de trabalho foi diagnosticada por técnicos e instituições da região como necessidade de formação do fator trabalho, sendo inclusive vista como condição para resolver os problemas sociais existentes. Uma melhor habilitação, através de cursos, facilitaria a integração na produção canavieira e, dado o aumento da produtividade do fator trabalho, elevaria os níveis salariais. Esta é a perspectiva em que se colocam, com pequenas variações, as três instituições que atuam em Campos, na formação profissional de trabalhadores rurais, com propostas de cursos e pedagogias definidas. São elas:

COOPERPLAN — Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana;

FUNDENAR — Fundação de Desenvolvimento do Norte Fluminense;

EMATER/RIO — Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A atuação dessas instituições na área de formação profissional, considerando as três instituições juntas e todos os cursos oferecidos, teria permitido treinar em torno de 1.290 trabalhadores rurais nos anos de 1979/80/81. Através de cursos de tratoristas e operadores de máquinas teriam sido treinados aproximadamente 520 trabalhadores, no mesmo período. A insignificância do número de treinados face ao número total de trabalhadores apareceria melhor se fossem subtraídos do total os pequenos produtores, "clientes" preferenciais da EMATER. Apesar do discurso, pouco fazem as agências de formação profissional, em Campos.

Mesmo atingindo um pequeno contingente de trabalhadores rurais assalariados, qual o significado da existência dos cursos institucionalizados de formação profissional no quadro das relações sociais de produção

⁵ Além da pesquisa acima citada, sobre a vigência do código patronal e negação do código legal capitalista nas relações de trabalho em Campos, ver: BARSTED, Neila de Andrade Linares. "Legalidade e conflito social: uma análise das práticas e representações sociais sobre o Direito". In: MIRANDA ROSA, F.A. de. *Direito e conflito social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 93-110.

⁶ A segmentação imediatamente qualificada pelo tipo de relações é também uma grande realidade na produção canavieira de Pernambuco. Ver a respeito: SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo, Duas Cidades, 1979.

⁷ Dados extraídos dos Censos Agropecuários de 1950 e 1975.

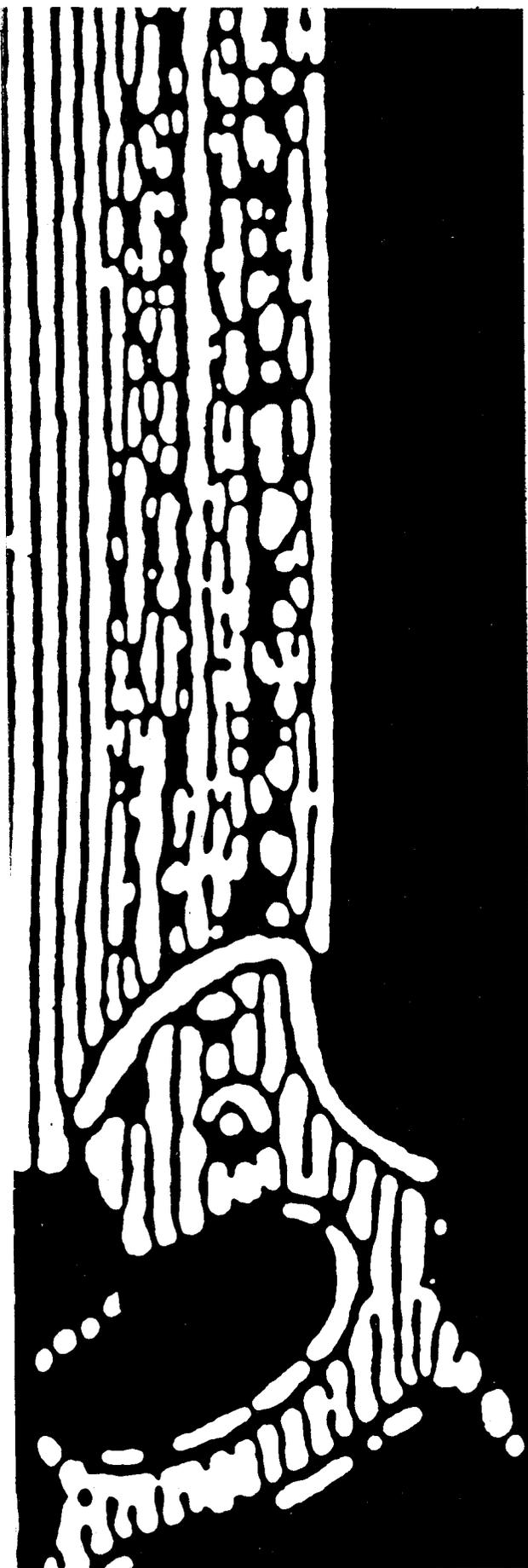
descrito acima? A que eles servem? A partir da situação de Campos, é possível pôr em dúvida o que, a nível da política educacional do Estado e das agências de formação, é definido como necessidade de formação profissional. A necessidade de cursos de formação deve ser outra e não unicamente a de habilitar para o trabalho.

Os cursos, em Campos, apesar das aparências, não se relacionam diretamente com o trabalho concreto na cana, suas exigências em termos de conhecimentos técnicos e destrezas. Eles se relacionam com as condições sociais de trabalho assalariado, ratificando e reforçando o que existe. O saber-fazer necessário para dar conta de um trabalho com máquinas e implementos, com adubos, inseticidas e herbicidas, é obtido de outra forma e não pelos cursos. São atingidos os trabalhadores que já têm os conhecimentos e habilidades que, ao nível das propostas, os cursos visam difundir e desenvolver. Para os trabalhadores que participam desses cursos, trata-se de sancionar através de documento legal o que já se obteve anteriormente na prática e assim garantir "direitos". Ou então, trata-se de obter um documento para "cair fora" da cana e conseguir um emprego na cidade (caso de carteira de motorista).

Das constatações acima decorre uma questão que diz respeito aos níveis de qualificação profissional que são requeridos na cana. A necessidade de habilitação para o trabalho não decorre direta e unicamente da tecnologia de produção adotada pelos empregadores, mas das relações sociais que definem as condições de integração dos trabalhadores numa produção determinada. A tecnologia é, ela mesma, uma questão social. A qualificação profissional não é uma mera expressão do volume de conhecimentos e habilidades adquiridas pelos trabalhadores, nem do seu grau de domínio de uma tecnologia determinada, mas é antes expressão de uma relação social de trabalho. Os habilidosos carroceiros viram trabalhadores desqualificados quando o trabalho que lhes sobra é o de cortadores de cana. Mesmo um tratorista prático, apesar de seus conhecimentos e habilidades, pode não ser tratado como um trabalhador qualificado se, nas relações sociais em que se integra como tratorista, seus conhecimentos e habilidades não forem reconhecidos.

As qualificações tornam-se desqualificações, dependendo das relações. Ser ou não ser qualificado é resultado do reconhecimento, pelo empregador, da habilitação que se tem⁸. Para obter trabalho na cana, os trabalhadores acabam se adaptando "segundo as circunstâncias e as necessidades". É no trabalho e na vida que eles aprendem, adaptando-se às condições técnicas que lhe são impostas por um processo produtivo organizado segundo os interesses de usineiros e fazendeiros. Só quando articulada com o aprendizado no trabalho e com as relações sociais, tanto em termos de concepção como praticamente, é que a formação profissional insti-

⁸ Estes aspectos são discutidos e fundamentados teoricamente no 2º relatório da pesquisa que está na origem da minha comunicação. Ver: CPDA/EIAP-IESAR. *Trabalho rural e alternativa metodológica de educação*. Rio de Janeiro, FGV, 1980, v. 1. cap. 1.



tucionalizada poderá efetivamente desenvolver conhecimentos e habilidades que sirvam aos trabalhadores. No quadro particular de Campos, tal condição não está presente. As propostas de educação para o trabalho na cana são esvaziadas, enquanto práticas de difusão de conhecimento técnico e habilitação dos trabalhadores. Isto porque, concretamente, são as relações sociais que determinam as condições de aprendizado do saber-fazer e os níveis de qualificação dos trabalhadores assalariados. No contexto da produção canavieira de Campos, os cursos e treinamentos não funcionam como práticas sociais mediadoras da habilitação profissional.

O esvaziamento das propostas de formação profissional pela estratégia patronal

Os trabalhadores assalariados, em suas práticas e representações, não atribuem nenhuma significação aos cursos profissionais enquanto formas de aprendizado para as tarefas concretas na produção canavieira. O esvaziamento da formação profissional pelos trabalhadores é, antes de mais nada, contrapartida do esvaziamento e da inviabilidade da habilitação contínua dos trabalhadores na estratégia patronal de extração da mais-valia.

Inicialmente é necessário que se frise, mais uma vez, que as mudanças técnicas ocorridas exigem novas qualidades de uma parcela da força de trabalho. Por exemplo: as máquinas introduzidas (tratores, plantadeiras, adubadeiras, roçadeiras, embarcadoras) exigem grande número de operadores e de técnicos de manutenção. E eles existem na produção da cana, em Campos. Talvez não com os níveis de habilitação idealizados nos manuais de treinamento e classificações ocupacionais, mas existem. Tanto é verdade, que a produção canavieira está aí e constantemente novos meios são introduzidos.

A apropriação do saber técnico pelos trabalhadores, portanto, é um fato empiricamente verificável. O que se discute são as formas de apropriação de tal saber — as formas sociais predominantes de aprendizado para o trabalho — e as suas vinculações com a estrutura de relações sociais que medeiam sua utilização, como qualidades da força de trabalho, no processo produtivo.

No complexo canavieiro de Campos, não são as propostas institucionalizadas de cursos que permitem a apropriação do saber técnico pelos trabalhadores. Elas nem mesmo têm a função de aperfeiçoar os conhecimentos e habilidades adquiridas no trabalho pelos trabalhadores. Os cursos de formação acabam não tendo maior peso na difusão do conhecimento técnico e no desenvolvimento de habilidades porque a própria apropriação do saber-fazer pelos trabalhadores não tem um valor reconhecido no quadro de relações que caracterizam o trabalho assalariado na cana. Ter realizado algum curso profissional não vale nada ou quase nada para os trabalhadores assalariados se a questão é permanecer na produção canavieira, como não vale nada, ou vale muito pouco, saber operar o trator e a embarcadora, por exemplo. A idéia de valer deve ser entendida aqui tanto no sentido preciso de valor de venda da própria força de trabalho (salário obtido), como em seu sentido social e político

mais amplo de melhores condições de trabalho e garantia dos direitos e da própria cidadania, numa situação concreta de relações sociais.

Um trabalhador, entrevistado durante a pesquisa, relatando sua experiência no curso de tratorista mostra qual é o problema:

“Eu era um tratorista e depois eu fiz um curso (...) A gente tem prática mas não tem a teoria (...) Eles davam a aula prática através de filmes (...) Não deixa de ter alguma utilidade de melhorar o trabalho da gente (...) No salário, a gente não teve aumento porque permaneceu naquilo mesmo que a gente vinha ganhando (...) Eu não tive facilidade porque eu tive que perder muitos dias para conseguir este curso (...) Eles aqui não dão muito valor à profissão de tratorista, porque eles colocam qualquer um desde o momento que trabalhe” (Trabalhador clandestino/contratado).

Dado o modo como se estabelecem as relações de trabalho na cana, a apropriação do saber técnico não vale nada porque não dá maior segurança no emprego, não evita a rotatividade, não melhora salários, não elimina a segmentação dos trabalhadores, não reduz o “roubo” patronal e nem garante os “direitos”. Os usineiros e fazendeiros parecem satisfeitos com os níveis de habilitação dos trabalhadores que se apresentam no mercado, e aceitam as condições de trabalho determinadas pela vigência de seu código particular. Nem procuram manter, através de um emprego estável e melhores salários, aqueles trabalhadores que adquiriram novas habilidades no trabalho. Por isto, no quadro das relações sociais que vigoram na produção canavieira de Campos, é o próprio progresso da habilitação que se acha inviabilizado.

Aqui seria necessário introduzir muitos outros aspectos para uma compreensão mais adequada do problema. É evidente, por exemplo, que a estratégia de usineiros e fazendeiros, ao privilegiar as práticas de extração da mais-valia absoluta, tem por base sua força social e sua particular implantação e alianças na estrutura de poder. Mas também tem a ver com todo um conjunto de políticas governamentais em relação à agricultura, que reforçam a estratégia dos empresários da cana. Destaque especial deve ser dado à política de crédito subsidiado para a produção agrícola, em particular para a cana-de-açúcar. Reduzindo o curso dos meios técnicos e facilitando sua reposição, a política de financiamento agrícola libera os empresários da necessidade de zelar pelos ganhos de produtividade decorrentes de melhor uso ou de melhor conservação das máquinas e equipamentos.

Por que os cursos, numa situação em que a maior habilitação parece inviável socialmente? As propostas institucionais, ao se basearem numa apreensão meramente técnica do trabalho na cana, não formam ninguém, mas também não afetam os interesses e as práticas dominantes dos patrões, sejam eles usineiros ou fazendeiros, sejam seus prepostos, como as grandes firmas empreiteiras e empreiteiros. Os cursos não alteram nem limitam as regras da super-exploração. Além disso, os

curso, ao atingirem um pequeno grupo de trabalhadores assalariados — escolhidos muitas vezes — e ao referendarem uma ideologia da necessidade e benesses do progresso técnico, acabam semeando o joio no meio do trigo. Defendendo o progresso técnico a qualquer custo, reforçam o autoritarismo e o paternalismo vigente nas relações entre patrões e trabalhadores assalariados da cana⁹.

Os cursos e a desvalorização do aprendizado profissional no e pelo trabalho

O esvaziamento da formação profissional para o trabalho na cana através de cursos não é só uma decorrência da estratégia patronal. Os próprios trabalhadores da cana não atribuem legitimidade aos cursos, porque neles está contida uma negação do aprendizado no trabalho e na vida.

Os depoimentos de vários trabalhadores assalariados mostram como se coloca a questão da apropriação do saber-fazer no quadro das relações sociais acima descrito:

“Por aqui as pessoas têm a curiosidade de puxar pelas idéias, elas mesmas se espichando no sentido de um quase profissional (...) É o que mais acontece aqui dentro [na fazenda]: fazem os próprios tratoristas dentro do trabalho” (Trabalhador fichado de fazenda de usina).

“A gente aprende pela idéia da gente, é só a gente ver. Não precisa de ninguém ensinar”. (Trabalhador clandestino).

“A gente olhando aprende muita coisa. As coisas que eu vi fazer eu fui fazendo. Um dia gostaram e eu fiquei (...) Não tive mestre para me ensinar, tudo é a boa vontade (...) O curso é muito bom, mas a prática faz com mais perfeição do que com o curso. Porque, talvez no curso é bom, mas existe muitos que esquece. Mas o sujeito aprendendo no tempo, com a prática, não esquece”. (Trabalhador fichado de fazenda).

Para se integrar na produção canavieira, para obter emprego e nele se manter, os trabalhadores assalariados devem se apropriar, em alguma medida e de alguma forma, do saber técnico embutido nos meios de produção que os patrões põem à sua disposição. Isto é condição de sua própria reprodução como trabalhadores. Como diz um trabalhador:

“O homem se adapta por aqui mesmo. Com, o tempo e com a necessidade”. (Trabalhador fichado de fazenda).

Isto explica tanto a necessidade de habilitação como a possibilidade concreta.

No entanto, a existência de agências de formação, de cursos e de pedagogias definidas, mesmo pouco articuladas e eficazes, atua como uma negação do valor do aprendizado no trabalho e na vida. Permite que este último aprendizado seja efetivamente desconhecido na prática das relações de trabalho na cana. Falta sanção legal ao saber prático, não há documento que o ateste. E só o documento legal pode dar base para reivindicar “direitos” na produção agrícola de Campos. Um líder sindical da região observa:

“... Tratoristas nós temos muitos, mas sem prova, documento. Então é através do curso que ele vai conseguir provas que é tratorista”. (Líder sindical).

Além disso, as instituições de formação profissional, seus cursos e suas pedagogias, como legítimas transmissoras do conhecimento técnico, obscurecem as bases eminentemente sociais do processo de aprendizagem no trabalho e na vida. Na verdade, a apropriação do saber na prática não tem por condições somente a observação e a imitação, mas um verdadeiro processo de ensino. Companheiros de trabalho, pais e parentes ensinam os trabalhadores.

A agregação de conhecimentos, feita informalmente entre iguais, no trabalho e no dia-a-dia da própria reprodução, não é reconhecida como resultado de um processo de educação. Os próprios trabalhadores, em suas representações, reduzem tal educação a um “olhar e ir fazendo”, a um “puxar pelas idéias”, como se ela fosse unicamente uma questão de “boa vontade” do aprendiz. Mas é uma troca, como toda prática educacional. Apenas é uma troca entre iguais, diferente da comunicação entre desiguais que caracteriza os cursos e o ensino em geral. Essa noção do aprendizado informal, que reduz ao desproblematizado “ver e repetir”, é a contrapartida da sua desvalorização no mercado de trabalho, que nivela por baixo os salários dos trabalhadores com diferentes níveis de habilitação.

Os cursos de formação não contribuem para o aprendizado do saber-fazer, mas ao deterem o monopólio do ensino profissional se opõem e desvalorizam o

⁹ Estas conclusões, que mereceriam maior aprofundamento, negam umas e reforçam outras das hipóteses iniciais da pesquisa. Na discussão teórica sustentada no 2º relatório da pesquisa “Trabalho rural e alternativa metodológica de educação” afirma-se que cabe à formação profissional rural mantida pelo Estado:

- 1º) Transmitir e difundir conhecimentos e saber técnico adequados à evolução da tecnologia de produção que o capitalismo cria e impõe para a agricultura;
- 2º) adequar o trabalhador rural à divisão do trabalho e à disciplina social da produção própria da organização capitalista (valores, atitudes, hierarquia);
- 3º) contribuir para a reprodução da dominação social nas conjunturas históricas definidas de correlação de forças entre as classes sociais e de luta pela hegemonia.

A respeito ver CPDA/EIAP-IESAE, *op. cit.*, v. 1, p. 46-54.

aprendizado que se faz na prática¹⁰. A história de vida dos trabalhadores, no entanto, é um testemunho vivo da existência de um processo de ensino-aprendizagem na prática, no convívio diário com companheiros e com os "mais velhos", na socialização fundamental de um processo produtivo que se realiza pela cooperação de muitos. Nas histórias de vida, nota-se, também, que tal aprendizado ocupa um lugar fundamental em sua estratégia de garantir os meios de vida através da venda da própria força de trabalho.

A desarticulação da formação profissional institucionalizada das questões centrais do trabalho assalariado

Um último aspecto que importa considerar nesta breve análise é que, apesar de todo o discurso recente e de todos os meios de que dispõe, a formação profissional não encontra respaldo nos trabalhadores rurais. Em grande parte, isto já pode ser explicado pelo que se viu nos itens anteriores. Importa, porém, acrescentar certos elementos.

O que se viu nas propostas de formação profissional de Campos pode ser facilmente generalizado. Trata-se de propostas que surgiram e se desenvolvem por alguma necessidade do capital, mas não dos trabalhadores¹¹. Não que elas sejam isentas de contradição e que os interesses dos trabalhadores não possam estar aí representados. Mas no contexto histórico específico de determinadas relações sociais de produção, como as vigentes na produção canavieira de Campos, a formação profissional aparece quase exclusivamente como uma questão social do lado do Estado, seus agentes, e dos empresários. Para os assalariados não existe tal questão, apesar de existir uma questão educacional, subordinada a toda uma questão social diretamente referida às condições do trabalho assalariado.

Pelo que se viu, é possível concluir que instituições e agentes de formação profissional, em suas concepções e ações educativas, rejeitam o saber-fazer dos trabalhadores, para abrir, de algum modo, espaço para a expansão e domínio do capital. Os trabalhadores, por sua vez, em suas práticas e representações, esvaziam os cursos de formação porque não oferecem o tipo de saber que necessitam para afirmar sua identidade de trabalhadores e para abrir espaço à realização de seus direitos e sua cidadania.

Com efeito, a formação profissional está totalmente desarticulada das questões centrais do trabalho assalariado na cana¹². Para os trabalhadores, por exemplo, existe uma questão coletiva de conhecimento, da necessidade de desenvolver um saber social, o saber sobre os "direitos" do assalariado. Trata-se de um saber que identifica e unifica a classe nas condições atuais de Campos. É um saber que funciona como parâmetro para pensar as relações sociais mantidas com usineiros e fazendeiros. Trata-se, enfim, de um saber que pode ser usado como instrumento na luta pela defesa de interesses e afirmar a própria autonomia social e política. A apropriação de

tal saber — que brota da prática de luta, nos encontros e discussões com companheiros, na participação sindical etc. —, no quadro social do trabalho assalariado em Campos, é a questão educacional relevante.

Mas a formação profissional está desarticulada das questões centrais dos trabalhadores também porque seu discurso marcadamente técnico, fruto de uma leitura da realidade de inspiração econômica marginalista, não dá conta da prática patronal de "roubo dos direitos" dos trabalhadores. O emprego instável e inconstante, os baixos salários e a marginalização produzidos pela segmentação dos trabalhadores e pelas práticas patronais, são tratados como problemas decorrentes da pouca habilitação para o trabalho e, portanto, de inteira responsabilidade individual do trabalhador. Mascaram-se as relações. Para os trabalhadores, no entanto, é necessário um espaço para denunciar os roubos e a super-exploração. Os cursos profissionais não estão sendo tal espaço.

Por fim, a formação profissional, assim como é desenvolvida em Campos, não está articulada com as questões sociais e políticas dos trabalhadores porque em sua prática procura dividi-los. A seletividade praticada na escolha dos "clientes" dos cursos está formando grupos de trabalhadores imbuídos de uma ideologia do progresso técnico e dóceis a uma disciplina e a uma moral do esforço individual para o sucesso. São poucos os grupos, é claro. Mas tal estratégia aponta numa direção totalmente oposta à estratégia política dos trabalhadores. Estes lutam pela sua organização coletiva através do sindicato e lutam pelos "direitos".

Em linhas gerais, este é o quadro do desencontro entre o aprendizado nos cursos e o aprendizado no trabalho e na vida. Trata-se, na verdade, da forma como se manifesta uma contradição central no desenvolvimento do capitalismo, tendo como atores imediatos os trabalhadores rurais assalariados e seus patrões usineiros e fazendeiros, no palco da economia canavieira de Campos.

¹⁰ Na pesquisa, tal idéia não foi explorada mais a fundo. Mas, evidentemente, ela levanta toda a discussão sobre a cultura legítima e o monopólio que certas instituições tem para a sua transmissão, na linha de BOURDIEU, Pierre et PASSE-IRON, Jean-Claude. *La reproduction*. Paris, Les Editions de Minuit. Penso, no entanto, que seria útil aprofundar a análise à luz da discussão sobre saber dominante e saber popular. A respeito ver: GARCIA, Pedro Benjamin. "Educação popular: algumas reflexões em torno da questão do saber. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *A questão política da educação popular*. São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 88-121.

¹¹ Em artigo anterior, denominei a extensão rural e a formação profissional de práticas educacionais diretamente relacionadas à expansão do capital no campo". Ver: GRZYBOWSKI, Cândido. "Trabalhadores rurais e educação" In: DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL/FCA (orgs.). *A mão-de-obra volante na agricultura*. São Paulo, CNPq/UNESP/Polis, 1982, p. 306-22.

¹² A análise que se segue tem o objetivo de formular conclusões-hipóteses para novos estudos.